



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE VOTORANTIM

Há investigação criminal contra o ex-subcomandante da GCM

Justiça condena a Prefeitura de Votorantim por escuta clandestina

A Prefeitura de Votorantim foi condenada pela Justiça a pagar R\$ 5 mil por danos morais a uma agente da GCM, após a descoberta de um gravador clandestino na sede da corporação. O equipamento captava conversas de servidores sem consentimento. Segundo a decisão, o aparelho foi colocado pelo então subcomandante da GCM, Lucas Andreoli, em uma mesa de uso comum, próximo à fiação de computadores. O caso veio à tona em maio de 2021, quando guardas encontraram o dispositivo e acessaram os arquivos. A sentença considerou a prática uma violação da privacidade e responsabilizou o município pelos atos de seu agente. A decisão foi assinada pelo juiz Bruno Bugni Vasconcelos em 28 de julho de 2026. Há uma denúncia criminal contra o ex-subcomandante. A Prefeitura informou que não comentará o caso enquanto aguarda recursos legais.

Torres ampliam segurança em Jundiaí

Jundiaí instalou 15 torres de segurança em diferentes regiões por meio do Projeto Sentinela. Os equipamentos estão em integração ao sistema da Guarda Municipal e terão monitoramento 24 horas, câmeras de alta resolução, reconhecimento facial, botão de emergência e alto-falantes. A escolha dos pontos considerou registros de ocorrências e características de cada área. A iniciativa busca ampliar a prevenção e agilizar a resposta a situações de risco, em conjunto com as rondas da GMJ e da Polícia Militar.

ELOY CHAVES



Equipamentos terão alto-falantes para emitir alertas sonoros

Expansão de água e esgoto em São Roque

O vereador Wanderlei da Qualiser encaminhou ofícios à SABESP solicitando a ampliação e complementação das redes de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em diferentes regiões de São Roque. Os pedidos atendem reivindicações de moradores de bairros como Caetê, Jardim Boa Vista, Jardim Renê, São João Novo, Vila Arruda e Vinhedos. O parlamentar pede que a concessionária identifique os trechos ainda sem atendimento, avalie a extensão das redes e informe sobre estudos, projetos e previsão para execução.

Sorocaba cria programa contra vício em jogos

A Lei nº 13.578, publicada em Sorocaba, institui o Programa Municipal de Prevenção e Tratamento da Ludopatia, vício em jogos de aposta. A medida organiza o atendimento pela rede de saúde e assistência social, com acolhimento, diagnóstico, acompanhamento psicológico e psiquiátrico, grupos de apoio e terapia familiar. A legislação também prevê campanhas sobre os riscos das apostas on-line e orientação financeira.

Proteção animal

Sorocaba publicou lei que obriga condomínios verticais a instalar redes ou telas de proteção em janelas, sacadas e varandas de imóveis que abriguem cães ou gatos. A instalação e manutenção nas áreas privativas ficam sob responsabilidade dos tutores. A medida também prevê sanções administrativas para imóveis sem a proteção exigida.

Fraldas para vulneráveis

Sorocaba publicou duas leis que garantem a distribuição gratuita de fraldas descartáveis para famílias de baixa renda. A medida atende crianças de até 3 anos, idosos, pessoas com deficiência, autismo, doenças raras e casos de incontinência urinária com indicação médica. No caso das crianças, a renda familiar deve ser de até um salário-mínimo.

Saúde mental nas escolas

Ribeirão Preto inicia projeto de saúde mental para alunos do 6º ao 9º ano da rede municipal. A iniciativa terá encontros quinzenais em sala de aula, com atividades culturais e diálogo para estimular empatia, autoconhecimento e cooperação. A ação também busca prevenir violência e segregação, com participação de pais e professores.

Doadores de medula

Itu realizará uma campanha para cadastro de doadores de medula óssea no Hospital Amaral Carvalho. A iniciativa é promovida pela Prefeitura em parceria com a instituição e é aberta à população. Podem participar pessoas de 18 a 35 anos, que deverão apresentar documento com foto e realizar uma coleta simples de sangue.

Orientação às mulheres

Rio Claro recebe o Ônibus SP Por Todas, unidade itinerante do Governo de São Paulo que oferece atendimento, escuta e orientação às mulheres. O espaço conta com profissionais preparados para realizar atendimento psicossocial, informar sobre direitos e encaminhar cada caso aos serviços da rede de proteção, inclusive em situações de violência.

Museu itinerante

Tatuí, Cerquillo e Tietê recebem a carreta itinerante do Museu Catavento, com experiências interativas que abordam temas como física, biologia, química. A estrutura oferece visita guiada e atividades voltadas a grupos escolares, aproximando o público do conhecimento científico por meio da experimentação. A programação é gratuita.



Obra da rodoviária tem novo atraso e contrato prorrogado até dezembro

Nova rodoviária de Sorocaba atrasa e contrato é prorrogado

Prazo com construtora é estendido por cinco meses; aditivo não define nova data

Por **Raphaela Cordeiro**

A construção da nova rodoviária de Sorocaba sofreu novo atraso após a Prefeitura prorrogar o contrato com a empresa responsável pela obra até 31 de dezembro de 2026. A medida consta no 3º termo aditivo firmado entre as partes e amplia por mais cinco meses a vigência do acordo, a partir de 1º de agosto. O contrato só foi publicado no site da prefeitura no dia 24 de agosto. Embora não estabeleça oficialmente uma nova data de entrega, a extensão do prazo contratual indica mais uma mudança no cronograma, já que a conclusão era esperada para agosto.

O documento foi assinado em 31 de julho entre o município e o Consórcio TMS Increte, responsável pela execução do projeto. Além da prorrogação, o aditivo também prevê um reajuste de aproximadamente 6,10% no valor do contrato, com base em dezembro de 2024. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

A prorrogação segue os dispositivos da Lei de Licitações e ocorre após solicitação da empresa contratada, com aprovação da administração municipal. O contrato original foi firmado em agosto de 2024, dentro de

um modelo com financiamento internacional.

Este é mais um ajuste no cronograma da obra, que já havia passado por alterações anteriores. Em março deste ano, a Prefeitura autorizou um aumento expressivo no valor total do empreendimento, sob justificativa de adequações técnicas, além de estender o prazo então vigente. Com o novo aditivo, o contrato segue ativo até o fim de 2026, sem confirmação oficial sobre a data de entrega da rodoviária.

O projeto prevê uma estrutura com mais de 38 mil metros quadrados de área total e cerca de 20 mil metros quadrados de área construída. A nova rodoviária deve reunir terminal urbano, áreas comerciais, praça de alimentação, estacionamento e espaços abertos ao público, com proposta semelhante à de terminais aeroportuários.

A sequência de prorrogações e reajustes reforça o histórico de mudanças no planejamento da obra e levanta questionamentos sobre o cumprimento dos prazos previstos. A Prefeitura foi questionada pelo Correio, mas não informou nova data de entrega e disse apenas que a prorrogação atende a pedido da empresa contratada.